

Do paleo ao neo-liberalismo: a empresa com alma

anarquistas pacifistas e os anarquistas expropriadores; do anarquismo como prática que, num determinado momento, responde, efetivamente, a uma demanda de organização das práticas de trabalhadores; do anarquismo como movimento de fluxos, de estrangeiros e de práticas de sociabilidade resultantes de deslocamentos, ou melhor, inseridas em geografias inventadas por estes deslocamentos, físicos e, ao mesmo tempo, de vontades... Invenções anarquizantes que irrompem de um sul que nos é tão próximo quanto surpreendente. Teorias a parte, histórias para interessados.

Oswaldo Bayer nasceu em 1927, em Santa Fe, escritor, jornalista, cineasta. Anarquista de muitos amigos, de olhos azuis, que sabe sorrir.

do paleo ao neo-liberalismo: a empresa com alma paulo-edgar almeida resende*

Maurício Tragtenberg. *Administração, poder e ideologia*. 3ª edição revista. São Paulo, Editora UNESP, 2005, 236 pp.

Maurício Tragtenberg, leitor arguto da literatura em torno de grandes empresas capitalistas, na segunda metade do século XX, conduz-nos, via contrastes, a envolvente debate sobre questões cruciais. Seleccionamos algumas. Extrai dos clássicos da administração seu estranhamen-

* Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (NACI) da PUC/SP.

to, seu rotineiro humor mal humorado diante de ideólogos da grande corporação. Acompanha *pari passu* a alteração anunciada da teoria e da prática do Estado e da propriedade privada na versão dos *bestsellers* estadunidenses. Como *vademecum*, seu texto nos conduz pela vegetação rasteira de ideologias legitimadoras da nova dinâmica, extensiva e intensiva, da estrutura de poder, dos processos decisórios que imbricam interesses de acionistas, técnicos e operários, pela mediação dos *managers*. Consolida-se a proclamada república econômica capitalista, com a pretensão de transitar da fase *do barão assaltante para a empresa de responsabilidade social*. O capital, na sociedade anônima por ações, pulveriza-se com a multiplicação de seus donos, sem perder o aprumo, embora os capitalistas cedam visibilidade para o executivo de empresa.

O grande desafio para o analista é processar o poder de controle, por delegação, em relação à estrutura proprietária. O fornecedor de capital cede a responsabilidade de direção a técnicos especializados. Não se lida, portanto, com a propriedade em seu sentido clássico, pese à defasagem da lei, que não o registra. As relações jurídicas entram em dessintonia com o desenvolvimento socioeconômico da corporação moderna. Com efeito, na reterritorialização da grande corporação, a formalização demanda a complexa solução de compromisso entre acionistas, gerentes e diretores. Não só os primeiros se tornam acionistas, em diferentes proporções, com alguma margem de participação simbólica estendida até os próprios operários, para além de seus salários. O invólucro clássico da propriedade privada, nos parâmetros do *paleo-liberalismo*, não recobre a atual valorização da mediação gerencial. Em que pese a hegemonia das relações consangüíneas das *holdings*, dos *Rockfeller*, dos *DuPont*, a propriedade chega a ser proposta como *empresa corporativa*, como suposta alternativa à propriedade privada. Nesta *ditadura da indústria*, a empresa, como organização social, busca tornar-se juridicamente

Do paleo ao neo-liberalismo: a empresa com alma

uma instituição. Impessoaliza a propriedade, segundo Rasthenau, à semelhança do Estado. Os nichos empresariais se comporiam à imagem de partidos políticos ou de denominações religiosas. Vale dizer, a corporação busca mostrar-se não apenas como estando a serviço de seus donos, mas da sociedade, pelo fato de seus controladores atuarem de forma tida como neutra e tecnocrática, o que desaguaria em autêntica política pública. O grupo de controle desenvolveria um tipo de racionalidade que incluiria determinações socioeconômicas no mundo dos negócios, a ponto deste se confundir com a economia estatal. Com tal raciocínio, a bondade, a eticidade, aninham-se e se alinham com a expansão das grandes corporações.

Registram-se tensões, contradições secundárias, corporações que encontravam parceiros na Alemanha nazista, na ótica dos governos aliados divisava-se o inimigo. Mas, tendencialmente, os ideólogos da grande corporação se esmeram em exaltar nela as implicações éticas e os fundamentos legais, o que garantiria a harmonia de interesses no âmbito da sociedade global. A grande empresa, ao assumir características comunitárias, independentemente do regime socioeconômico vigente, embora sob o invólucro privatista, tende a influir na totalidade do social. A medida que o acionista passa e a empresa permanece, ela suscita a profissão de fé militante na corporação de parte dos *white collars*. A união de burocratas, técnicos, gerentes, com a cooptação de operários, superaria a luta de classe.

Com tais convicções, formula-se a ideologia *neo-capitalista*, cuja função é de legitimar o *status quo*. Nega-se a existência de excluídos, à medida que, pela via da filantropia e do paternalismo da grande corporação, realiza-se o *socialismo sob o capitalismo*. A gerência, segundo seus ideólogos, não se compromete apenas com a lucratividade, mas também com a produção de conhecimentos, com o

financiamento de pesquisa científica, com as universidades, o que redundaria em compromisso com o bem comum. O que equivale a dizer que todos os que habitam a corporação devem a ela *lealdade organizacional*.

Enquanto *instituição*, a *empresa com alma* articula a elevação da taxa média de lucro com sua função social. A estrutura federativa é o desenho de tal sociedade global, em que *cidadãos* são os que mantêm vínculos trabalhistas com a corporação e *residentes* os que detêm vínculos comerciais com ela. A opinião pública seria o juiz da *empresa com alma*. Para os ideólogos mais conservadores, o próprio mercado manteria os limites de poder da empresa, sem necessidade imediata de apelo a preceitos éticos. Para os juristas clássicos, legitimadores profissionais das relações capitalistas de produção, a sociedade por ações não é de pessoas, mas de capitais. O acionista proprietário é desvestido de personalidade moral, atribuída à sociedade.

Maurício divisa em Weimar, com Rathenau e Neumann, premissas de que se valerão o nazismo e as teorias contemporâneas da *corporação com alma*. Sem perder seu caráter privatista, a grande empresa antecipa a economia planejada, a ponto de permitir a comparação feita por P. Drucker entre empresas na URSS e a *General Motors*. O lucro se transmuda em *salário de superintendência*, fruto do trabalho do capitalista.

O avesso da grande corporação

Bem ao estilo do autor, atento ao *paradigma neo-liberal*, levantados os traços básicos de tal ideologia, ele procede à subversão da vertiginosa lógica do capitalismo da segunda metade do século XX.

Do paleo ao neo-liberalismo: a empresa com alma

O grande obstáculo para a realização da *empresa-comunidade* é a efetiva participação operária nos processos decisórios. Na medida em que a direção da corporação é capitalista, somente poderá ser anti-social e privatista. Maurício busca desvelar a manipulação das contradições: a estrutura hierárquica da empresa, a sacralização da chefia, a impessoalidade organizacional, a racionalidade verticalizada equivalem à *moral fechada* de que fala Bergson. À prova de intrusões, contestações, a relação hierárquica, conservadora por natureza, traz elementos de magnificência e destina-se a manter o existente. A *política de relações humanas*, excessivamente polida, para ser honesta, visa agir sobre indivíduos e grupos. Provoca neles atitudes que convêm à empresa. O chefe autoritário é aconselhado a não ser diretivo, para acentuar a integração, privilegiando o conformismo. É uma *empresa educadora*, tem valor formativo. Cabe à direção *agir sobre*. O vocabulário psicologizante é recorrente no *serviço social*. Diálogo, participação para a mão-de-obra são apelos para maior produtividade. Sacralizada a empresa como instituição com função social, a literatura moralizante lhe serve para colóquios e seminários. Os executivos se mostram imbuídos de papel semi-missionário, portadores da mensagem de verdade. Enquanto família extensa, a empresa transforma as relações sociais em relações pessoais, já que as classes sociais inexistem e sim as pessoas, alocadas em funções. Os conflitos são tidos como exteriorização de tensões internas, a serem trabalhadas pela psicanálise, condimentada para uso do capital.

Maurício define então as *relações humanas* daí decorrentes como dinheiro. Teoria, prática e ideologia pressupõem a dinâmica de grupo e se avaliam sociometricamente. Pressente-se a influência de Durkheim, o sociólogo da ordem. Ao conflito, contrapõe-se a coesão social. À oposição de classes, opõem-se a representação corporativa, a

consciência coletiva, o consenso. A questão social, posta enquanto problema moral, tenta obscurecer a luta pela redistribuição de renda e poder. Coesão, integração, ordem são os pilares do edifício sociológico de Durkheim, com seu jargão atualizado na bandeira brasileira e em toda uma teoria da administração, oficializada em currículos universitários. Caberá aos psicólogos plantonistas nas grandes corporações o surgimento do conceito de engenharia social, consultorias por empresas especializadas. Ao *homem econômico* de Taylor contrapõe-se o *homem psicológico* de Mayo. A preocupação é com as boas relações humanas no lugar de aumentos salariais ou diminuição da jornada de trabalho. É o narcótico do grande demiurgo, em reação ao sindicalismo operário. Portanto, a empresa não é só local físico onde o trabalho excedente cresce, às expensas do necessário, e palco da ocultação da oposição de classes. Para Maurício é também cenário da inculcação ideológica. Nesse sentido, ele a divisa também como aparelho ideológico, com a função de operar a *psicomani-pulação*, ou seja, não só a mais-valia é extraída do trabalho. Há a perda do seu *ser*, de seu poder social.

Por último, mas não em último lugar, em passagens menos extensas, mas igualmente primorosas pela argúcia do raciocínio, Maurício não se furtou de aproximar a concepção leninista de movimento dirigido a partir do Estado Maior central, com nova modalidade de opressão do operariado. A afirmação da autoridade superior aos conselhos operários, aos comitês de base ou de quarteirão, a grupos revolucionários autônomos, acaba do mesmo modo que a opressão patronal. Proudhon já prevenira Marx de que o operariado ou se libertava com suas próprias pernas, ou estaria sujeito a nova modalidade de dominação. Bakunin expressou-o na Primeira Internacional, taxando a iniciativa vanguardista de socialismo autoritário. Lênin, em *O Que Fazer?*, explicitou a vertente socialista do centralismo democrático, que tanto preocupou Rosa Lu-

Mauricio Tragtenberg

xemburgo. E o movimento operário no Brasil acaba de experimentar os desvios do baronato que o penetrou, com discurso pronto e muito apetite de poder. Este acréscimo final tem a ver com textos mais extensos de Maurício Tragtenberg, crítico persistente de qualquer tipo de centralismo, seja de direita, seja de esquerda. Dentro e fora da Universidade.

mauricio tragtenberg | antonio josé r. valverde*

Maurício Tragtenberg. *Sobre educação, política e sindicalismo*. 3ª edição revista. São Paulo, Editora UNESP, 2004, 215 pp.

Proverbialmente se diz, com razão, que a melhor homenagem a um Autor é a leitura de sua obra. Ora, ler e reler Maurício Tragtenberg, em textos que viajam no exíguo tempo de vinte e poucos anos, é dever de todo estudioso interessado em entender o mundo contemporâneo e a situação brasileira para além dos modismos e aplausos da sociedade do elogio mútuo e do ato de incensar os pares acadêmicos, com repercussão na imprensa menos avisada.

Avesso a elogios, Tragtenberg, em arresto fino de leituras precisas e oportunas de clássicos da filosofia política, da literatura, da história, da educação e da sociologia, construiu uma obra que tem resistido às intempéries do mundo intelectual. O segredo da resistência é a combinação de *finesse* de espírito, sem pedantismo e com muita clareza.

*Professor Titular do Departamento de Filosofia da PUC/SP e Professor do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da EAESP da FVG-SP.